

QUALIDADE DO EMPREGO NO MEIO RURAL PAULISTA NOS ANOS 90¹

*Otávio Valentim Balsadi²
José Graziano da Silva³*

Resumo

Neste texto, analisa-se a qualidade do emprego agrícola e não-agrícola (ERNA) da PEA rural no Estado de São Paulo nos anos 90. Utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os residentes na região não-metropolitana, foram definidos três grupos de ocupações agrícolas (trabalhadores permanentes, trabalhadores temporários e operadores agrícolas) e sete não-agrícolas (serviços domésticos, serviços não-domésticos, indústria de transformação, comércio não-especializado, motoristas, professores e construção civil). Para comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas, foi construído um índice de qualidade do emprego (IQE), a partir de diferentes ponderações dos indicadores parciais ligados ao rendimento no trabalho principal, grau de formalização do trabalho e benefícios recebidos pelos empregados. Independentemente das diferentes ponderações do IQE, os resultados indicaram um quadro mais favorável para os grupos de ocupações não-agrícolas dos residentes rurais, com exceção dos serviços domésticos para as mulheres.

Palavras-chaves: emprego rural, qualidade do emprego, Estado de São Paulo.

¹ Esse texto está baseado no capítulo 3 da dissertação de mestrado do primeiro autor, intitulada "Características do Emprego Rural no Estado de São Paulo nos Anos 90".

² Engenheiro-Agrônomo, Analista da Fundação Seade e Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pelo Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: otavio@seade.gov.br.

³ Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp e Consultor da Fundação Seade. E-mail: graziano@eco.unicamp.br.

1. Introdução

A demanda de mão-de-obra na agropecuária paulista apresentou forte queda ao longo dos anos 90, devido à incorporação de modernas tecnologias – principalmente aquelas destinadas às operações de colheita e pós-colheita – e à queda da área cultivada em importantes culturas, como o café, os grãos e as oleaginosas (algodão, arroz, feijão e trigo, principalmente). Como resultado, a PEA agrícola no Estado de São Paulo passou de 1.261 mil pessoas ocupadas em 1992 para 944 mil em 1998, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Na área rural, especificamente, a “saída” para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. Esse movimento ganhou tal magnitude no Estado, cujas pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Rurbano⁴ indicaram que, no final dos anos 90, mais de 50% da população economicamente ativa (PEA) com residência rural se ocupava em atividades não-agrícolas⁵.

Um fenômeno que auxilia no entendimento dessa inserção da população rural em atividades não-agrícolas é o *commuting*, ou seja, o ir

⁴ Os dados da PNAD utilizados são derivados de uma pesquisa mais ampla, denominada Projeto Rurbano, o qual é coordenado pelo Instituto de Economia da Unicamp e envolve várias entidades de pesquisa em 10 Estados brasileiros (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, além do DF). Nesse projeto, procurou-se discutir a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não-agrícola nas pesquisas sobre o meio rural, além de analisar a importância das atividades não-agrícolas para a população residente em áreas rurais, através do processamento dos microdados da PNAD para os anos 90. Para maiores informações, consultar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>, além de Campanhola e Graziano da Silva (2000).

⁵ Ver, por exemplo, os trabalhos de Graziano da Silva, et al. (1997) e Laurenti e Del Grossi (1999). Além de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, havia, no final dos anos 90, mais de 50% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, dentre os Estados pesquisados no Projeto Rurbano. No Rio de Janeiro, a PEA rural não-agrícola representava, em 1997, 54% da PEA rural total e 58,6% da PEA rural ocupada (Teixeira, 2000). No Rio Grande do Norte, a PEA rural não-agrícola correspondia, em 1997, a 48,3% da PEA rural total e a 52,2% da PEA rural ocupada (Silva, 2000). Além desses três estados, no Distrito Federal ocorreu o mesmo processo. Segundo Botelho Filho (2000), a PEA rural não-agrícola representava, em 1997, 66% da PEA rural total e 71% da PEA rural ocupada, ou seja, apenas 29% dos residentes rurais ocupados estavam trabalhando na agricultura do Distrito Federal.

e vir da residência para o local de trabalho em áreas consideradas urbanas. Segundo Schindegger e Krajasits (1999), o aumento da mobilidade das pessoas é uma reação ao processo de concentração geográfica da demanda de mão-de-obra no mercado de trabalho em algumas regiões privilegiadas. Essa mobilidade apresenta, segundo esses autores, duas formas: os movimentos migratórios, com mudança de residência; e o *commuting* entre os locais de residência e de trabalho. Essa mobilidade constitui-se em importante mecanismo de “balanceamento” para o mercado de trabalho regional. Eles observaram dois movimentos interessantes no *commuting*: primeiro, ele está crescendo muito devido ao aumento da concentração do emprego, incluindo ampliação nas distâncias percorridas e nos tempos de deslocamento; segundo, esse crescimento é muito maior nas áreas consideradas rurais, que ficam muito dependentes dos centros urbanos para geração de empregos.

Segundo Klein (1992), a importância das ocupações não-agrícolas dos residentes rurais explica-se pelos seguintes motivos: criação de empregos a um custo unitário menor, diminuição das migrações rurais-urbanas, permitindo a manutenção da população no meio rural; remuneração superior à da agricultura; articulação e dinamismo econômico regional; dinamização da produção local de matérias-primas; utilização da mão-de-obra familiar que fica ociosa na propriedade rural, principalmente da mulher; e complementação da geração de emprego e renda nos casos em que a agricultura já não consegue absorver toda a população economicamente ativa do meio rural. Assim, as ocupações não-agrícolas cumprem importante papel no alívio da pobreza no meio rural, embora possam apresentar condições de acesso mais exigentes (educação, capital, qualificação profissional etc.).

A análise dos dados da PNAD para o Estado de São Paulo, feita por Balsadi (2000), evidenciou que, nos anos 90, consolidou-se uma mudança estrutural, que já estava em curso desde meados da década de 80, nas ocupações da população economicamente ativa residente no meio rural paulista, principalmente daquela com domicílio na região não-metropolitana, responsável por mais de 90% da PEA rural do Estado. Em 1998, 53% dos ocupados residentes no meio rural não-metropolitano paulista estavam trabalhando fora da agricultura. Em 1992, essa

participação era de 35%⁶. No Estado de São Paulo, a PEA rural não-agrícola é predominantemente formada por empregados, cujas participações no total de ocupados variaram entre 83,5% em 1992 e 75,8% em 1998. Também na PEA rural agrícola, os empregados eram maioria, embora com menor participação (atingiu um máximo de 59,1% em 1997).

No período de 1992-98, houve grande aumento da participação, tanto dos homens quanto das mulheres residentes rurais, nas atividades não-agrícolas, de tal forma que a distribuição da PEA rural ocupada fora da agricultura se manteve praticamente inalterada: eram 63,4% de homens e 36,6% de mulheres em 1992 e 63,1% e 36,9%, respectivamente, em 1998. Nesse ano, 46% dos homens residentes no meio rural não-metropolitano estavam alocados em atividades não-agrícolas. Em 1992, essa participação era de apenas 30%, pois a grande maioria (70%) ainda estava ocupada na agropecuária.

Quanto às mulheres ocorreu o mesmo processo, mas com muito mais intensidade, pois, em 1998, 70% das residentes rurais estavam ocupadas em atividades não-agrícolas. Em 1992, a situação era bem mais equilibrada: 52,5% das mulheres estavam ocupadas em atividades agrícolas e 47,5%, naquelas não-agrícolas. As reduções verificadas nas ocupações agrícolas ocorreram em todas as posições na ocupação. No entanto, foi entre os membros não-remunerados da família que ela foi mais intensa: em 1992, somando-se homens e mulheres, havia 170.822 membros não-remunerados da família ocupados em atividades agrícolas, valor que foi reduzido para 86.617 pessoas em 1998.

Com esse quadro geral de mudanças estruturais na PEA rural paulista, marcada pelo contínuo crescimento das ocupações não-agrícolas, tornou-se fundamental fazer uma avaliação se o emprego não-agrícola (ERNA) dos residentes rurais oferecia melhores condições de trabalho

⁶ Saliente-se que a PEA rural metropolitana já era fortemente não-agrícola desde o início dos anos 90. No entanto, entre 1992 e 1998, a PEA rural agrícola passou de 580 mil pessoas ocupadas (65% do total) para 429 mil (47%). O crescimento das ocupações em algumas atividades intensivas em mão-de-obra e com grande expansão nos anos 90, como é o caso da olericultura e da fruticultura, não foi suficiente para compensar a queda verificada em cana-de-açúcar, algodão, café, grãos e oleaginosas.

vis-à-vis o emprego nas tradicionais atividades agropecuárias. Para responder a essa indagação, foi construído um índice de qualidade do emprego para os empregados rurais, que foram separados, por gênero, do total de ocupados. Essa diferenciação foi muito relevante, pois, segundo Lanjouw (2000), a grande heterogeneidade das ocupações rurais não-agrícolas torna fundamental a realização de estudos para os seus diferentes segmentos, separando-se a análise por posição em ocupação e gênero. De acordo com esse autor, as políticas públicas podem tornar-se mais claras e objetivas se forem considerados, de formas distintas, os dois principais componentes das ocupações rurais não-agrícolas: o emprego assalariado e as ocupações dos conta-própria (*self-employment*).

2.Procedimentos Metodológicos

A fonte dos dados primários utilizados para o estudo da PEA agrícola e não-agrícola no Estado de São Paulo foi a PNAD. Para as atividades selecionadas, todos os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou penúltima do mês de setembro. Os anos selecionados foram os de 1992, 1995 e 1998. Neste estudo, adotou-se o conceito de PEA restrita, excluindo as pessoas não-remuneradas ocupadas menos de 15 horas na semana e, também, aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução (Del Grossi, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 2000).

A partir da PNAD de 1992, o IBGE introduziu novas aberturas para a situação dos domicílios, de forma a captar, com mais detalhes, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para localização dos domicílios pesquisados:

1. Áreas urbanas: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação urbana; e as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, como áreas de lazer, aterros etc., aquelas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores.

2. Áreas urbanas não urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas.
3. Áreas urbanas isoladas: englobam as áreas urbanas isoladas (casos de vilas e distritos), consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.
4. Áreas rurais – extensão urbana: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município.
5. Áreas rurais – povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender a seus moradores, da seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois, dos três serviços seguintes – estabelecimento de ensino de primeiro grau, posto de saúde e templo religioso de qualquer credo.
6. Áreas rurais – núcleo: aglomerados rurais isolados (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.), e que dispõem ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados.
7. Áreas rurais – outros: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário.
8. Áreas rurais – “exclusive”: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como as áreas rurais propriamente ditas.

A partir dessas novas aberturas, o Projeto Urbano agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: urbano: situação 1; periferia: situações 2 e 4; distritos e povoados: situações 3, 5 e 7; e rural privado: situações 6 e 8. Portanto, considerou-se como integrantes da PEA rural as pessoas residentes nos domicílios localizados nos distritos e povoados e no rural privado. É importante notar que, na classificação adotada,

uma área legalmente urbana (situação 3) foi tratada como rural e outra, legalmente rural (situação 4), não foi incluída no rural. O motivo dessa escolha se deu pelo fato de que a primeira tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais, ao passo que a segunda não passa de uma simples área de periferia urbana.

No presente estudo, trabalhou-se somente com a região não-metropolitana, que responde por 90% ou mais da PEA rural paulista, conforme salientado inicialmente. Utilizando-se os microdados da PNAD para os residentes nos meios rural e urbano não-metropolitanos, foram analisados três grupos de ocupações agrícolas (trabalhadores permanentes, trabalhadores temporários e operadores agrícolas) e sete não-agrícolas (serviços domésticos, serviços não-domésticos, indústria de transformação, comércio não-especializado, motoristas, professores e construção civil). A inclusão dos residentes urbanos justifica-se pela comparação da qualidade do emprego nos mesmos grupos de ocupações, segundo o local de moradia.

A agregação das profissões declaradas na PNAD em conjuntos com características próximas fundamenta-se na “similaridade” dos respectivos mercados de trabalho de cada grupo (tipo de atividade exercida, nível de qualificação exigido etc.) e na necessidade de um número mínimo de casos nas amostras, de tal forma que os dados expandidos sejam suficientes para inferências mais seguras. Também, são os grupos de profissões mais expressivos, em termos de ocupação da PEA rural no Estado de São Paulo.

A adoção de um índice sintético de qualidade do emprego para o ordenamento e a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural e urbana visou, através de um único número, apresentar a contribuição conjunta das diferentes variáveis utilizadas na aferição de alguns aspectos que seriam desejáveis em qualquer tipo de trabalho. Tal índice não acrescenta informações às existentes, mas se mostra uma forma mais sintética de expressar as informações originais dos indicadores (Kageyama e Rehder, 1993).

Obviamente, o conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversas perspectivas. O que se pretende é, a partir das variáveis

selecionadas da PNAD, mensurar os efeitos de alguns itens relativamente consensuais sobre a qualidade do emprego, como o não-uso de trabalho infantil, a jornada regular semanal, a carteira assinada, a contribuição previdenciária, o rendimento e o recebimento de alguns auxílios.

Para construir o Índice de Qualidade do Emprego (IQE), os procedimentos básicos foram os seguintes, de acordo com a metodologia descrita por Kageyama e Rehder (1993):

- a) Obtenção dos indicadores simples para cada grupo de ocupação em 1992, 1995 e 1998, a partir das variáveis das PNADs. São eles: % de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção de trabalhadores não infantis empregada; % de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponderia à participação dos empregados sem sobretrabalho; % de empregados com carteira assinada (Cart); % de empregados contribuintes da Previdência Social (Prev); rendimento médio mensal dos empregados no trabalho principal (Rend); % de empregados com remuneração acima de 1 salário mínimo (Npob); % de empregados que recebiam auxílio-moradia (Auxmor); % de empregados que recebiam auxílio-alimentação (Auxalim); % de empregados que recebiam auxílio-transporte (Auxtrans); % de empregados que recebiam auxílio-educação (Auxeduc); e % de empregados que recebiam auxílio-saúde (Auxsau)⁷.
- b) Construção dos indicadores parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores originais, no sentido de captar três dimensões da qualidade do emprego, que estão relacionadas com o grau de formalização do trabalho, o rendimento obtido no trabalho principal e os auxílios recebidos pelos empregados. Assim, os três indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma:

$TRABFORMAL = (Ninf + Jorn + Cart + Prev)/4$ indica o grau de formalização do trabalho e foi calculado dessa forma apenas para os homens.

⁷ Desses indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula: $((valor - mínimo)/(máximo - mínimo))$, em que o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

TRABREND = (Rend_{padronizado} + Npob)/2 agrega as duas variáveis de rendimento.

TRABAUX = (Auxmor + Auxalim + Auxtrans + Auxeduc + Auxsau)/5 agrega as variáveis de auxílios recebidos pelos empregados.

Para as mulheres empregadas, devido à elevada proporção de dados não-disponíveis para a variável carteira assinada (Cart) em alguns grupos de ocupações, o indicador TRABFORMAL foi composto pelas variáveis Ninf, Jorn e Prev, de forma a não distorcer os resultados finais.

c) Obtenção do IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. Essas ponderações podem gerar controvérsias, porque sempre envolvem certo grau de arbitrariedade, em razão da importância atribuída a cada indicador parcial. Para atenuar esse problema, foram feitas três ponderações diferentes: a primeira, com o mesmo peso para os indicadores parciais; e a segunda e terceira, com pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento. Assim, as três ponderações utilizadas foram as seguintes:

$$\begin{aligned} \text{IQE} &= 1/3 \text{ TRABREND} + 1/3 \\ &\text{TRABFORMAL} + 1/3 \text{ TRABAUX} \\ \text{IQE}' &= 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \\ &\text{TRABAUX} \\ \text{IQE}'' &= 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \\ &\text{TRABAUX} \end{aligned}$$

Como os indicadores originais não foram padronizados em função dos máximos e mínimos, com exceção do rendimento (mas levaram em consideração os valores da série toda), o IQE obtido é passível de comparação intertemporal. Para essa comparação, trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula

$$\frac{\text{valor do índice em } t_1 - \text{valor em } t_0}{100 - \text{valor em } t_0}$$

cujo denominador indica o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível), e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e qualidade do emprego (Kageyama e Rehder, 1993).

3. Principais Resultados do Índice de Qualidade do Emprego (IQE)

Os comentários a seguir referem-se ao IQE com pesos iguais para os três indicadores parciais, relacionados ao rendimento no trabalho principal, grau de formalização do trabalho e benefícios recebidos pelos empregados.

Os resultados observados a partir do cálculo do IQE indicaram que, para os homens residentes no meio rural, os grupos de ocupações que apareceram entre os três melhores, no período considerado, foram os de indústria de transformação, motoristas, operadores agrícolas (ocupou a 3ª posição em 1992 e 1995, mas depois caiu para a 5ª posição em 1998) e comércio não-especializado (passou para a 2ª posição em 1998, graças ao grande progresso relativo registrado no período de 1992-98, 20,7%), ou seja, apenas um grupo de ocupações agrícolas figurou entre os melhores, em termos de qualidade do trabalho para os empregados rurais. Mesmo assim, perdeu posição ao longo dos anos 90, devido ao baixo progresso relativo.

No outro extremo, observou-se que os grupos de ocupações com as condições de trabalho menos satisfatórias para os empregados residentes no meio rural foram os de trabalhadores temporários (último colocado em todos os anos da série), trabalhadores permanentes (7ª posição em 1992 e 8ª em 1998), serviços domésticos (depois da 8ª posição nos dois primeiros anos, ficou em 6ª lugar em 1998, devido às quedas de posição verificadas para os trabalhadores permanentes e para os empregados na construção civil, grupos de ocupações que tiveram os piores desempenhos em termos de progresso relativo no período de 1992-98), comércio não-especializado (7ª posição, em 1995) e construção civil (7ª posição no último ano da série analisada). O grupo da construção civil foi o que apresentou a maior taxa de decréscimo no progresso relativo (13,7%), caindo da 4ª posição em 1992 para a 7ª em 1998.

Tabela 1 – Índices de qualidade do emprego dos homens, segundo grupos de ocupações selecionados no Estado de São Paulo - 1992-1998

| Grupos de Ocupações | IQE | | | Progresso Relativo (%) | | |
|-----------------------------------|------|------|------|------------------------|---------|---------|
| | 1992 | 1995 | 1998 | 1992-98 | 1992-95 | 1995-98 |
| Indústria de Transformação (Urb) | 62,3 | 68,2 | 66,2 | 10,3 | 15,7 | -6,3 |
| Indústria de Transformação (Rur) | 58,2 | 63,5 | 65,9 | 18,6 | 12,7 | 6,7 |
| Motoristas (Urb) | 57,4 | 65,1 | 64,2 | 16,0 | 18,1 | -2,7 |
| Comércio Não-Espec. (Rur) | 50,2 | 41,6 | 60,5 | 20,7 | -17,2 | 32,3 |
| Comércio Não-Espec.(Urb) | 52,9 | 57,8 | 60,2 | 15,7 | 10,6 | 5,7 |
| Motoristas (Rur) | 56,7 | 61,8 | 59,8 | 7,1 | 11,8 | -5,3 |
| Serviços Não-Domésticos (Rur) | 47,0 | 54,3 | 58,5 | 21,8 | 13,9 | 9,3 |
| Serviços Não-Domésticos (Urb) | 53,1 | 55,6 | 58,0 | 10,3 | 5,3 | 5,3 |
| Operadores Agrícolas (Rur) | 54,3 | 57,0 | 57,2 | 6,3 | 5,8 | 0,6 |
| Operadores Agrícolas (Urb) | 46,2 | 61,0 | 51,2 | 9,3 | 27,5 | -25,1 |
| Serviços Domésticos (Rur) | 42,6 | 40,7 | 49,6 | 12,1 | -3,3 | 15,0 |
| Construção Civil (Urb) | 41,3 | 49,5 | 49,0 | 13,1 | 13,9 | -0,9 |
| Serviços Domésticos (Urb) | 34,1 | 43,2 | 47,8 | 20,8 | 13,8 | 8,1 |
| Construção Civil (Rur) | 53,3 | 50,5 | 46,9 | -13,7 | -5,9 | -7,4 |
| Trab. Agrícolas Permanentes (Urb) | 42,0 | 50,2 | 46,2 | 7,3 | 14,1 | -7,9 |
| Trab. Agrícolas Permanentes (Rur) | 42,9 | 47,1 | 43,2 | 0,5 | 7,3 | -7,3 |
| Trab. Agrícolas Temporários (Urb) | 29,8 | 38,7 | 38,0 | 11,6 | 12,7 | -1,2 |
| Trab. Agrícolas Temporários (Rur) | 20,0 | 21,5 | 31,2 | 14,0 | 1,9 | 12,3 |

Fonte: Balsadi (2000).

Assim, a partir das variáveis selecionadas e da metodologia do indicador sintético utilizada, verificou-se que, para os homens empregados residentes no meio rural, as ocupações agrícolas tiveram pior qualidade de trabalho do que as não-agrícolas, à exceção dos operadores agrícolas. Em outras palavras, no final dos anos 90, no meio rural não-metropolitano paulista, a inserção dos homens em empregos não-agrícolas significou a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação com os empregos agrícolas de trabalhadores permanentes e temporários, mesmo que o emprego fosse na construção civil e nos serviços domésticos (em que se destacavam os “caseiros”).

Não foi objetivo fazer descrição detalhada dos empregados com residência urbana, e, por isso, apenas dois pontos foram levantados. O primeiro refere-se ao fato de que, para eles, as ocupações agrícolas

também figuravam nas últimas colocações em 1998 (trabalhadores permanentes e temporários estavam em penúltimo e último lugares, enquanto os operadores agrícolas superavam somente os da construção civil e dos serviços domésticos)⁸.

Tabela 2 – Posição relativa dos grupos de ocupações dos empregados residentes rurais no Estado de São Paulo – 1992–1998

| Grupos de Ocupações | Posição Relativa | | |
|-----------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| | 1992 | 1995 | 1998 |
| Indústria de Transformação (Rur) | 1 ^a | 1 ^a | 1 ^a |
| Comércio Não-Espec. (Rur) | 5 ^a | 7 ^a | 2 ^a |
| Motoristas (Rur) | 2 ^a | 2 ^a | 3 ^a |
| Serviços Não-Domésticos (Rur) | 6 ^a | 4 ^a | 4 ^a |
| Operadores Agrícolas (Rur) | 3 ^a | 3 ^a | 5 ^a |
| Serviços Domésticos (Rur) | 8 ^a | 8 ^a | 6 ^a |
| Construção Civil (Rur) | 4 ^a | 5 ^a | 7 ^a |
| Trab. Agrícolas Permanentes (Rur) | 7 ^a | 6 ^a | 8 ^a |
| Trab. Agrícolas Temporários (Rur) | 9 ^a | 9 ^a | 9 ^a |

Fonte: dados da Tabela 1.

O segundo, mais relevante para este estudo, diz respeito à identificação dos grupos de ocupações em que a qualidade do trabalho era próxima para os empregados rurais e os urbanos. Os grupos com maiores semelhanças, em 1998, eram os de ocupações na indústria de transformação, comércio não-especializado, serviços não-domésticos e

⁸ Esses resultados vão no mesmo sentido dos obtidos por Leone (1995) para as famílias residentes nas cidades e cujos chefes eram ocupados na agricultura. Segundo essa autora, os dados da PNAD de 1990, para o Estado de São Paulo e grandes regiões do Brasil, indicaram que esses trabalhadores tinham renda monetária próxima à dos serventes da construção civil, das empregadas domésticas, dos operários não-qualificados da indústria, do comércio e dos serviços, embora possuíssem um nível de vida inferior ao dessas categorias urbanas mais pobres, medido pelas condições de moradia, saneamento e acesso à água tratada, energia elétrica e uso de eletrodomésticos.

serviços domésticos, para os quais o local de residência não era o fator determinante para a obtenção de melhores indicadores de qualidade do emprego. É importante salientar que a “aproximação” entre os referidos grupos de ocupações, no final dos anos 90, deveu-se ao maior progresso relativo dos empregados residentes rurais. Para os demais grupos, havia diferenças mais acentuadas no IQE, ressaltando-se que o único índice favorecendo os empregados rurais era o de operadores agrícolas. No restante (motoristas, construção civil, trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários), os residentes urbanos tinham índices de qualidade do emprego bem mais elevados.

Na análise do progresso relativo para os residentes rurais, verificou-se que, no período de 1992-98, o grupo da construção civil foi o que apresentou a maior queda (13,7%). Sobre as ocupações agrícolas, notou-se que o grupo dos trabalhadores permanentes e o dos operadores agrícolas exibiram os menores índices de progresso relativo (0,5% e 6,3%, respectivamente). O IQE melhorou um pouco para os trabalhadores temporários (progresso relativo de 14,0%), mas a partida foi de um patamar muito baixo e continuou na última colocação. Os principais destaques entre os empregados com residência rural, realmente, foram os grupos de ocupações na indústria de transformação, comércio não-especializado, serviços não-domésticos e serviços domésticos, que apresentaram elevados progressos relativos no período (18,6%, 20,7%, 21,8% e 12,1%, respectivamente) e tiveram um IQE próximo ao dos empregados com residência urbana em 1998.

Para todos os grupos de ocupações, chama atenção o ritmo diferenciado de crescimento nos dois subperíodos. No geral, os grupos apresentaram maior progresso relativo (ou menor queda, como no caso da construção civil) no período de 1992-95 (14 em 18 categorias). As exceções foram os grupos de ocupações no comércio não-especializado (Rur), serviços domésticos (Rur) e trabalhadores temporários (Rur), que tiveram maior progresso relativo entre 1995 e 1998, e nos serviços não-domésticos (Urb), que tiveram o mesmo crescimento nos dois subperíodos.

Entre as empregadas residentes rurais, os grupos de ocupações que figuravam entre os melhores foram os de professoras, serviços não-domésticos e indústria de transformação. O grupo de trabalhadoras

agrícolas permanentes ficou na 3ª posição em 1995, enquanto o de comércio não-especializado ficou em 2º lugar em 1992. Os grupos com os piores índices de qualidade do emprego foram os de trabalhadoras agrícolas temporárias (último colocado em 1992 e 1998), serviços domésticos e trabalhadoras agrícolas permanentes (com exceção de 1995). Com isso, para as mulheres residentes no meio rural não-metropolitano paulista, a inserção no emprego não-agrícola, no final dos anos 90, só não significou melhores condições de trabalho quando o emprego era nos serviços domésticos, cujo IQE ficou abaixo do registrado para as trabalhadoras agrícolas permanentes. Todos os demais grupos de ocupações não-agrícolas (professoras, indústria de transformação, serviços não-domésticos e comércio não-especializado) apresentaram melhores indicadores do que os grupos de ocupações agrícolas.

Tabela 3 – Índices de qualidade do emprego das mulheres, segundo grupos de ocupações selecionados no Estado de São Paulo – 1992–1998

| Grupos de Ocupações | IQE | | | Progresso Relativo (%) | | |
|-----------------------------------|------|------|------|------------------------|---------|---------|
| | 1992 | 1995 | 1998 | 1992-98 | 1992-95 | 1995-98 |
| Professoras (Urb) | 62,1 | 67,9 | 71,1 | 23,7 | 15,4 | 9,8 |
| Professoras (Rur) | 66,9 | 63,4 | 62,0 | -14,5 | -10,5 | -3,7 |
| Indústria de Transformação (Rur) | 35,7 | 46,4 | 61,4 | 40,0 | 16,6 | 28,0 |
| Serviços Não-Domésticos (Urb) | 49,0 | 54,2 | 55,4 | 12,5 | 10,2 | 2,6 |
| Serviços Não-Domésticos (Rur) | 45,1 | 61,0 | 54,0 | 16,3 | 29,0 | -18,0 |
| Indústria de Transformação (Urb) | 47,7 | 53,6 | 52,8 | 9,8 | 11,2 | -1,5 |
| Comércio Não-Espec. (Urb) | 45,0 | 47,8 | 49,9 | 8,8 | 5,1 | 4,0 |
| Comércio Não-Espec. (Rur) | 53,2 | 31,5 | 49,8 | -7,2 | -46,4 | 26,7 |
| Trab. Agrícolas Permanentes (Urb) | 35,5 | 47,7 | 47,4 | 18,4 | 18,9 | -0,6 |
| Trab. Agrícolas Permanentes (Rur) | 32,0 | 47,7 | 43,2 | 16,4 | 23,1 | -8,8 |
| Serviços Domésticos (Urb) | 31,4 | 39,4 | 41,8 | 15,2 | 11,7 | 3,9 |
| Serviços Domésticos (Rur) | 31,9 | 39,2 | 38,9 | 10,4 | 10,7 | -0,4 |
| Trab. Agrícolas Temporários (Urb) | 32,9 | 38,8 | 38,6 | 8,5 | 8,8 | -0,3 |
| Trab. Agrícolas Temporários (Rur) | 23,0 | 32,1 | 34,0 | 14,4 | 11,9 | 2,8 |

Fonte: Balsadi (2000).

O fato preocupante desses resultados foi que o grupo de ocupações nos serviços domésticos respondia pelo maior contingente de empregadas residentes rurais com trabalho fora da agricultura (ao redor de 50% do total das ocupações não-agrícolas femininas). Também, chama atenção a diferença, em termos de qualidade do emprego, entre as ocupações nos serviços não-domésticos e nos serviços domésticos, que eram muito ruins também para as empregadas residentes urbanas (último colocado em 1992 e penúltimo em 1995 e 1998). É importante estar atento para isso, porque a inserção das mulheres residentes rurais em qualquer outro grupo de ocupações não-agrícolas, que não o de serviços domésticos, pode significar melhorias substantivas nas condições de trabalho.

Com relação ao progresso relativo, verificou-se que quase todos os grupos de ocupações femininas melhoraram seus índices no período de 1992-98, com exceção das professoras com residência rural (queda de 14,5%) e das empregadas no comércio não-especializado residentes no meio rural (queda de 7,2%). Entre os grupos que tiveram maior progresso relativo, destacam-se os de indústria de transformação (Rur), professoras (Urb), serviços não-domésticos (Rur) e trabalhadoras agrícolas permanentes (Urb e Rur). Os grupos de ocupações de serviços domésticos (Rur) e trabalhadoras agrícolas temporárias (Rur) também apresentaram crescimento, mas, como partiram de patamares muito baixos, não melhoraram suas posições relativas. Entre os que menos cresceram, estão os de comércio não-especializado (Urb), trabalhadoras agrícolas temporárias (Urb) e indústria de transformação (Urb).

Tabela 4 – Posição relativa dos grupos de ocupações das empregadas residentes rurais no Estado de São Paulo –1992–1998

| Grupos de Ocupações | Posição Relativa | | |
|-----------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| | 1992 | 1995 | 1998 |
| Professoras (Rur) | 1 ^a | 1 ^a | 1 ^a |
| Indústria de Transformação (Rur) | 4 ^a | 4 ^a | 2 ^a |
| Serviços Não-Domésticos (Rur) | 3 ^a | 2 ^a | 3 ^a |
| Comércio Não-Espec. (Rur) | 2 ^a | 7 ^a | 4 ^a |
| Trab. Agrícolas Permanentes (Rur) | 5 ^a | 3 ^a | 5 ^a |
| Serviços Domésticos (Rur) | 6 ^a | 5 ^a | 6 ^a |
| Trab. Agrícolas Temporários (Rur) | 7 ^a | 6 ^a | 7 ^a |

Fonte: dados da Tabela 3.

Novamente, verificou-se uma diferença de comportamento do progresso relativo nos dois subperíodos para os grupos de ocupações das mulheres. Os que mais cresceram em qualidade do emprego no primeiro período foram os de professoras (Urb), serviços não-domésticos (Rur e Urb), indústria de transformação (Urb), comércio não-especializado (Urb), trabalhadoras agrícolas permanentes (Rur e Urb), serviços domésticos (Rur e Urb) e trabalhadoras agrícolas temporárias (Rur e Urb). O contrário aconteceu apenas com as ocupações de professoras (Rur), indústria de transformação (Rur) e comércio não-especializado (Rur), que aumentaram principalmente no segundo período. Assim, pôde-se perceber que 11 categorias cresceram mais no período de 1992-95 e apenas três tiveram melhor desempenho entre 1995 e 1998.

Os grupos de ocupações com IQE mais próximos para as trabalhadoras urbanas e rurais empregadas no mesmo grupo, em 1998, foram os de serviços não-domésticos e comércio não-especializado. Para os demais, as diferenças eram bem maiores e sempre favoreceram as residentes urbanas, com exceção da indústria de transformação, mais favorável para as rurais. Um detalhe a ser ressaltado é que, para as mulheres empregadas, havia menos grupos de ocupações com índices de qualidade do emprego próximos entre as residentes rurais e as urbanas,

comparativamente aos homens.

Os resultados obtidos para as outras duas ponderações adotadas, as quais dão mais peso para os indicadores de rendimento no trabalho principal e grau de formalização do trabalho ($IQE' = 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$ e $IQE'' = 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$), evidenciaram pequenas alterações nas posições relativas dos grupos de ocupações selecionados, principalmente daqueles dos residentes rurais. Isso evidencia que as diferentes ponderações pouco modificaram a situação mais desfavorável das ocupações agrícolas no tocante à qualidade do emprego, ou seja, independentemente das ponderações utilizadas, os grupos de ocupações agrícolas ficaram nas últimas posições após o cálculo do IQE' e do IQE'' , pelo fato de possuírem indicadores parciais mais desfavoráveis.

Resumidamente, as alterações nas ponderações dos indicadores parciais que compõem o IQE produziram os seguintes principais efeitos: a) praticamente, não houve mudanças no comportamento observado para o progresso relativo, pois a grande maioria dos grupos de ocupações dos empregados residentes rurais e dos urbanos apresentou maior crescimento no período de 1992-95; b) para as empregadas residentes no meio rural não-metropolitano paulista, a única alteração ocorrida em 1992 e 1995 foi a troca de posição do comércio não-especializado com as trabalhadoras agrícolas temporárias, indicando a pequena sensibilidade dos resultados às mudanças nas ponderações; c) para os homens, as maiores alterações ocorreram com o IQE'' em 1992, quando as ocupações de operadores agrícolas e trabalhadores permanentes perderam posição para os grupos da construção civil e dos serviços domésticos, respectivamente, indicando um quadro ainda mais desfavorável para as ocupações agrícolas; d) por último, houve maior distanciamento entre os grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas e aumento nas diferenças dos valores do IQE dos residentes rurais e dos urbanos empregados nos mesmos grupos de ocupações, reduzindo o número de ocupações com padrões próximos de qualidade do emprego nas duas situações de domicílio⁹.

⁹ Maiores detalhes sobre os resultados e análises do IQE' e do IQE'' podem ser obtidos em Balsadi (2000).

4. Conclusões

Os resultados obtidos com os índices de qualidade do emprego evidenciaram que, para os homens empregados residentes rurais, todos os grupos de ocupações não-agrícolas selecionados apresentaram melhores condições de trabalho do que os grupos de trabalhadores agrícolas permanentes e temporários, no final dos anos 90. Apenas o grupo dos operadores agrícolas superou os de serviços domésticos e construção civil, em termos de qualidade do emprego.

Outro resultado importante para os empregados residentes no meio rural não-metropolitano paulista foi a “aproximação” da qualidade do emprego com os empregados residentes urbanos nos grupos de ocupações da indústria de transformação, comércio não-especializado, serviços não-domésticos e serviços domésticos, em 1998. Essa aproximação ocorreu devido ao maior progresso relativo do IQE dos empregados residentes rurais.

Para as mulheres empregadas com residência no meio rural não-metropolitano, o ingresso nas atividades não-agrícolas só não significou a obtenção de melhores condições de trabalho quando o emprego era nos serviços domésticos, justamente o grupo de ocupações mais significativo para elas (responsável por quase 50% dos empregos não-agrícolas das mulheres rurais). O IQE do grupo dos serviços domésticos superou somente o das trabalhadoras agrícolas temporárias. No entanto, a inserção na indústria de transformação nos ensinos público e privado, no comércio não-especializado e nos serviços não-domésticos ofereceu condições bem mais favoráveis do que o trabalho na agricultura. Diferentemente do que se observou nos empregados, ainda permaneciam maiores disparidades entre as mulheres empregadas residentes no meio rural e nas cidades no final dos anos 90, considerando-se os mesmos grupos de ocupações.

Os resultados do IQE obtidos para homens e mulheres têm desdobramento interessante no que se refere à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população residente no meio rural. Se, por um lado, o fomento às atividades não-agrícolas tem efeito muito positivo em termos de melhoria da qualidade do emprego e, por

consequente, das condições de vida dos trabalhadores com residência rural, por outro ainda resta um grande desafio, que é o seguinte: como definir políticas que gerem mais empregos na agricultura e, ao mesmo tempo, melhorem as condições de trabalho das pessoas nela empregadas. Essa necessária integração das atividades agrícolas e não-agrícolas, gerando empregos de melhor qualidade, em projetos de desenvolvimento local/regional sustentáveis ainda está por ser enfrentada pelas políticas públicas.

Obviamente que, com esses resultados do IQE, não se está querendo dizer que as atenções do governo, da sociedade e das entidades de representação dos trabalhadores devam ser desviadas da busca por melhores condições de emprego na agricultura paulista, principalmente para os trabalhadores agrícolas permanentes e temporários. Pelo contrário, pois, em 1998, mais de 400 mil pessoas residentes no meio rural não-metropolitano ainda estavam ocupadas em atividades agropecuárias. O resultado mais favorável (ou menos desfavorável) para os grupos de ocupações não-agrícolas não significa que tal situação permanecerá imutável no futuro, nem que toda atenção deva ser dada somente às atividades não-agrícolas. Pensar dessa forma seria reintroduzir outra dicotomia (agrícola/não-agrícola) em substituição à velha e desgastada separação rural/urbano.

Pelo seu estágio de urbanização e desenvolvimento, o Estado de São Paulo apresenta melhores condições de trabalho para os empregados rurais ocupados em atividades não-agrícolas, bem acima dos resultados verificados em alguns países latino-americanos analisados por Weller (1994) e Lanjouw (1999). Com exceção do emprego feminino nos serviços domésticos, os resultados foram bastante positivos para os demais grupos de ocupações não-agrícolas.

Para finalizar, são colocadas algumas questões que apontam para novas linhas de pesquisa, as quais mereceriam aprofundamento teórico e empírico no futuro próximo:

- A necessidade de pesquisas sobre o emprego rural em outros Estados, com o intuito de reunir diferentes experiências e resultados que confirmem, ou não, o quadro menos desfavorável para o emprego não-agrícola dos residentes rurais. Também, seria muito interessante

a realização de estudos para o outro grupo mais numeroso de residentes rurais ocupados em atividades não-agrícolas, os trabalhadores conta-própria.

- A necessidade de pesquisas sobre o motivo da diferença do comportamento dos grupos de ocupações quanto ao progresso relativo verificado no período de 1992-98, bem como das diferenças de comportamento no mesmo grupo de ocupações (entre homens e mulheres e entre residentes rurais e urbanos). O ponto fundamental nessas duas questões é saber não simplesmente se um grupo melhorou o grau de formalização, ou melhorou o rendimento, ou recebeu mais auxílios, mas sim que fatores levaram esses grupos a obter tais avanços.
- Identificação das causas do maior progresso relativo para a grande maioria dos grupos de ocupações no período de 1992-95. Será somente uma inflexão do Plano Real após esse período?
- Identificação dos motivos de maior “aproximação” das condições e qualidade do trabalho dos empregados residentes rurais com os urbanos em alguns grupos de ocupações (indústria de transformação, comércio não-especializado e serviços não-domésticos) e do porquê de outros ainda continuarem muito díspares.

Referências Bibliográficas

BALSADI, O.V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. Campinas: IE/Unicamp, 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Campinas, 2000.

BOTELHO FILHO, F.B. Dinâmica hegemônica das ocupações rurais não-agrícolas no Distrito Federal. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v.3, cap.6, p.179-188.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: Embrapa,

2000. v.1.

DEL GROSSI, M.E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. Campinas: IE/Unicamp, 1999. Tese (Doutoramento em Economia) – Universidade de Campinas, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V.; DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, abr./jun., 1997. v.11, n.2, p.50-64.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 31, n.1, p.23-24, jan./mar. 1993.

KLEIN, E. **El empleo no agrícola en América Latina**, Prealc-OIT, n. 364, ago. 1992.

LANJOUW, P. Rural nonagricultural employment and poverty in Ecuador. **Economic Development and Cultural Change**, v. 48, n.1, out. 1999.

LANJOUW, P. **Policy options for employment in the rural non-farm sector**. The World Bank, 2000. (mimeo.).

LAURENTI, A.C.; DEL GROSSI, M.E. **A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas: Brasil e regiões, 1981-97**. Campinas: IE/Unicamp, 1999. (Projeto Rurbano – mimeo.).

LEONE, E.T. Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. (Orgs.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: Abra, 1995.

SILVA, A.G. da. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 2, cap.1, p.13-44.

TEIXEIRA, V.L. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitentas e noventas. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v.3, cap.4, p.119-150.

WELLER, J. **El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano**. Panamá: OIT, 1994.

